

Senado reage à violência

Parlamentares manifestam-se contra proposta de abrandamento das penas de sentenciados por crimes hediondos, debatem a situação das polícias e expressam alívio com a libertação da filha de deputado



Antonio Carlos: Legislativo deve dizer não à violência

A questão da violência dominou os debates em plenário na sexta-feira. Manifestaram-se sobre o tema os senadores Antonio Carlos Magalhães, Jefferson Péres, Romero Jucá, José Roberto Arruda, Eduardo Suplicy, Valmir Campelo, Flaviano Melo, Edison Lobão e Eptácio Cafeteira.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, condenou qualquer iniciativa que vise a abrandar penas para os crimes hediondos, entre eles o de seqüestro, e apelou por um "trabalho conjunto" de todos os Poderes para "limpar o aparelho policial do Brasil". Ele fez essa declaração ao saudar a libertação da filha do deputado distrital Luiz Estêvão, seqüestrada por um grupo que incluía policiais militares do Distrito Federal.

Antonio Carlos acusou a "falsa defesa de direitos humanos", que a seu ver se pratica no Brasil, de estimular a violência e a criminalidade e atentar "contra o direito à vida das pessoas que são vítimas desses crimes". Para o senador, existe uma "violência tremenda em todo o país" e seria um erro grave se o governo ou o Congresso desse "guarda para facilitar a soltura de criminosos como esses que seqüestraram a filha do deputado". **Página 5**

Orçamento pode ser aperfeiçoado

É o que afirma o presidente da comissão, Ney Suassuna. Pág. 4



Alcântara: parecer sobre Lei Eleitoral vai ao plenário

Lei Eleitoral e Previdência em votação

O plenário aprecia amanhã a nova Lei Eleitoral, com as regras que vão vigorar no ano que vem. O parecer do senador Lúcio Alcântara sobre a matéria foi aprovado na última quinta-feira pela CCJ, que aceitou integralmente 10 emendas e parcialmente outras oito, inclusive a que elimina o financiamento público de campanhas eleitorais.

Outro tema de grande repercussão, a reforma da Previdência será votada nesta quarta-feira. O presidente do Senado anunciou que, se a votação do substitutivo do senador Beni Veras não for concluída na sessão da tarde, convocará sessão extraordinária para a manhã de quinta-feira. **Página 2**



Beni Veras é o autor do substitutivo à Previdência

Na quarta-feira, senadores podem votar o substitutivo de Beni Veras à proposta de reforma da Previdência Social

Amanhã, plenário vai apreciar Lei Eleitoral

O plenário do Senado aprecia amanhã a nova Lei Eleitoral, com as regras para as eleições do próximo ano. O projeto, oriundo da Câmara, foi aprovado na última quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aceitou integralmente 10 emendas e parcialmente outras oito, inclusive a que elimina o financiamento público de campanhas eleitorais, permanecendo as contribuições de empresas e pessoas físicas aos candidatos.

Vários senadores já manifestaram disposição de pedir destaques para votação em separado, na tentativa de mudar a proposta que saiu da CCJ. O projeto reduz de 60

para 45 dias o período de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão e proíbe trucagens, montagens ou a utilização de cenas externas na propaganda gratuita. O presidente e os governadores candidatos à reeleição poderão inaugurar obras, mesmo nos 60 dias que antecedem as eleições, de acordo com a proposta. Caso o plenário mantenha as emendas aprovadas pela CCJ, o projeto retornará à Câmara.

PREVIDÊNCIA

Na quarta-feira, o plenário terá outra matéria importante para votar - a reforma da Previdência. O substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE), já aprovado pela CCJ, será discutido e votado na sessão da

tarde. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que, se a votação não terminar nesta quarta, convocará uma sessão extraordinária para as 10h de quinta, para continuar a votação.

Consta ainda da Ordem do Dia de quarta-feira, para votação, projeto de lei de iniciativa da Comissão Especial Temporária do Vale do São Francisco que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco.

No dia seguinte, quinta-feira, será votado, em turno suplementar, projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que procura acelerar a reforma agrária, impedindo que fazendeiros possam subdividir uma propriedade vistoriada pelo Inera.



Marluce Pinto: presidente da CPI



Nabor Júnior: diligências

CPI do Trabalho Infantil debate assistência social

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se amanhã, às 17h, para ouvir exposição da secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Lúcia Vânia Abrão Costa.

No mesmo horário, a Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), realiza reunião para discutir a agenda dos trabalhos, bem como para estabelecer as diligências que a

comissão fará e escolher os nomes dos próximos depoentes.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se na quarta-feira, às 10h, para apreciar extensa pauta, onde figura proposta de emenda à Constituição do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; e outra, do senador José Fogaça (PMDB-RS), que torna o voto facultativo.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (16.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 37/97, que estabelece normas para as eleições; "Projeto de Resolução nº 111/97, que autoriza o estado de São Paulo a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTSP, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em setembro de 1997; e "Projeto de Resolução nº 112/97, que autoriza o governo do estado do Maranhão a contratar, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados, operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 100 milhões

Quarta-feira (17.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tratando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; "PEC nº 14/96 (tratando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e discussão em turno único do "PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Quinta-feira (18.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); "PLC nº 156/93, que altera o art. 7º da Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural. "Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do

Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais; "Projeto de Resolução nº 103/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29.12.95, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Projeto de Resolução nº 106/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 25 milhões de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento das Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (Ipea).

Sexta-feira (19.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (16.09.97)

17h - Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Discussão da agenda para futuras reuniões e diligências e escolha dos nomes dos próximos depoentes. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição da secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Lúcia Vânia Abrão Costa. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (17.09.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

"Adotamos o presidencialismo e a pulverização partidária, empurrada pelo sistema de dois turnos, o que é disfuncional para a democracia porque enfraquece o Legislativo"

José Fogaça defende um só turno

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu sexta-feira o fim do sistema de dois turnos para as eleições gerais no país, argumentando que esse mecanismo apenas favorece o lançamento de candidaturas sem compromisso programático, com o propósito de negociar espaço político no segundo turno, levando à fragmentação dos partidos e ao enfraquecimento do Legislativo.

Vivemos no Brasil o multipartidarismo - deformação do pluripartidarismo - que, na opinião do senador, resulta em um Congresso "sem iniciativa, sem autonomia, sem autocomando".

Fogaça citou o exemplo da Itália, "onde também não há estabilidade", mas o sistema multipartidário não é tão preju-

icial por se tratar de regime parlamentarista. "O governo sai do Parlamento; logo há interações entre essas duas forças. Aqui, adotamos o presidencialismo e a pulverização partidária, empurrada pelo sistema de dois turnos, o que é disfuncional para a democracia porque enfraquece o Legislativo", acentuou.

O Congresso trabalha ou aprovando leis que o governo manda ou estabelecendo CPLs que a imprensa pressiona para que existam, mas a sua iniciativa é débil, anêmica e inconsequente - afirmou.

Fogaça acredita que o turno único - que defende para eleições subsequentes a 98 - leva os partidos a uma convergência prévia em torno de coliga-



Fogaça: "Congresso débil"

ções ou de confluência dos partidos. Com os dois turnos, "há quem queira se candidatar pelo Partido Socialista Brasileiro sem nunca ter sido socialista, imaginando que, estando dentro dessa esfera política, obterá apoio no segundo turno".

- No primeiro turno, gastam todas as propostas e platafor-

mas partidárias e para o segundo sobra apenas um festival de agressões mútuas e de baixaria generalizada - disse ainda Fogaça, referindo-se aos debates entre candidatos. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou das posições do orador, ponderando que o sistema de dois turnos oferece maior possibilidade de escolha para o eleitor que pode, caso seu candidato não se eleja no primeiro, fazer sua segunda melhor opção. Fogaça retrucou lembrando que no governo de FHC "a coligação que tem dado certo, que está comandando o Congresso, é a entre o PSDB e o PFL, feita antes da eleição".



Valmir: pelo fim da tensão

Valmir pede definição para planos de saúde já

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse sexta-feira que o Congresso precisa definir, urgentemente, regras que assegurem os direitos dos 40 milhões de brasileiros associados a convênios privados de saúde. Para o senador, as empresas privadas de assistência médica, teoricamente constituídas para dar tranquilidade e assistência a quem necessita, passaram a ser, elas próprias, "geradoras de tensão e desassossego".

- Com o empenho das duas Casas do Congresso, haveremos de dar ao país uma legislação moderna no que se refere à medicina privada, conciliando os interesses das empresas com as necessidades dos conveniados, sem perder de vista os pressupostos de justiça e bem-estar da população como um todo - afirmou.

Valmir é de opinião que, atualmente, "todos os associados a esses convênios, sem exceção, estão muito assustados". Primeiro, porque tais planos "praticam um capitalismo descaradamente sem ética". Segundo, porque inexistem regulamentação ou regras que norteiem a atuação desses planos de saúde, "que agem livremente, inventando suas próprias leis".

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) disse que as deformações dos planos de saúde estão inviabilizando o sistema.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também defendeu uma fiscalização e regulamentação das empresas que prestam serviços de saúde, assinalando que o governo "tem sido de uma lentidão irritante" quando trata do assunto.

Suplicy critica privilégios na Previdência

"Sou contra a manutenção de qualquer privilégio", disse sexta-feira o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao anunciar seu voto contrário ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. Dizendo que esse documento "mantém a aposentadoria especial de parlamentares e militares", ele sustentou ser necessário sanear a Previdência, sem negligenciar seu caráter social.

Na opinião de Suplicy, a proposta de Beni Veras tem como cerne a introdução dos princípios tempo de contribuição e idade mínima para aposentadoria. "Isso significa um duplo prejuízo ao trabalhador, especialmente ao de baixa renda", disse.

O conceito de tempo de contribuição, conforme o se-



Suplicy votará contra

nador, transfere do empregador para o empregado o ônus da comprovação de recolhimento para a Previdência. Além disso, ao introduzir a combinação "tempo de contribuição" e "idade mínima", o substitutivo faz com que aqueles que são forçados a ingressar no mercado de trabalho cedo, por razões de sobrevivência, estarão contribuindo para a manutenção de aposentadorias dos que têm condições de ingressar no mercado de trabalho mais tarde.

Suplicy citou a posição do presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, também contrária a privilégios previdenciários para os integrantes do Judiciário, e defendeu o fim dos abusos e desigualdades nesse assunto. Mas ressaltou que colocar o servidor público "como bode expiatório e responsável por toda a crise da Previdência é incorrer em grave equívoco".

Ignácio propõe regra única para comissionados

Servidores públicos ocupantes de cargos comissionados que não possuem vínculo efetivo com a União, os estados, o Distrito Federal ou os municípios passarão a ser segurados obrigatórios da Previdência Social, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

A matéria entrará em pauta na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) e vai ser apreciada em caráter terminativo.

A proposição estabelece também que o servidor público com vínculo com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios será excluído do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) se o órgão do qual faça parte tenha sistema próprio de previdência social.

José Ignácio Ferreira afirmou que, atualmente, somen-



Ignácio: um só critério

te os servidores comissionados da União estão vinculados ao RGPS, e que as leis vigentes omitem os servidores das demais unidades da Federação em respeito à sua autonomia político-administrativa. Na opinião do senador, a sistemática atual é prejudicial ao RGPS, uma

vez que o cargo em comissão é de exercício temporário, sendo "previsível" que esse tipo de servidor deixe o serviço público antes de sua aposentadoria.

- Conseqüentemente, o servidor comissionado, quando contribui, o faz para o regime específico do ente ao qual pertence e, uma vez desligado do cargo, sem nele se aposentar, transpõe o respectivo tempo de serviço para o Regime Geral de Previdência, sem para esse ter contribuído - explicou.

Estabilidade da moeda exige cautela nas contas públicas, por isso os orçamentos fiscal e da seguridade social preverem R\$ 8,4 bilhões - um quarto a menos que no ano passado

Suassuna explica aplicação do Orçamento em João Pessoa

"É possível aperfeiçoar os mecanismos de execução do Orçamento", reconheceu, em João Pessoa, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele salientou que o Congresso e a comissão têm trabalhado para garantir uma execução mais próxima à lei orçamentária aprovada pelos parlamentares, mas nesse ano, por exemplo, o governo executou, até setembro, apenas 39% das dotações autorizadas.

Suassuna frisou, no entanto, que a estabilidade da moeda ainda exige cautela no âmbito das contas públicas, daí os orçamentos fiscal e da seguridade social para 1998 preverem apenas R\$ 8,4 bilhões de investimentos, 25% a menos do



Suassuna: reuniões aperfeiçoam processo

que os referentes a 1997.

Conforme o senador, as reuniões regionais da comissão mista realizadas no ano passado demonstraram que o aperfeiçoamento da elaboração e execução orçamentárias passa por uma rediscussão da Federação brasileira, de modo

a que os recursos para estados e municípios correspondam ao aumento das ações públicas a eles transferidas pela União. Para isso, a seu ver, é preciso avançar na discussão da reforma tributária.

Quanto ao Orçamento, Ney Suassuna ressaltou que a Câmara aprovou, no último dia 4, projeto de lei complementar que disciplina a elaboração das três peças orçamentárias: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Geral da União. Conforme disse, o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa praticamente sem alterações à proposta original.

Descentralização é a chave

A descentralização do exame da proposta orçamentária e a criação de vínculos diretos com agentes políticos estaduais e regionais do país são os dois principais objetivos da realização de reuniões regionais da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, "claramente alcançados na primeira das cinco reuniões regionais, em João Pessoa", avaliou o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Segundo o relator-geral, deputado Aracely de Paula, a realização das reuniões propicia a difusão do que é o Orçamento de uma forma mais simples, o que permite que ele seja "entendido e, portanto, mais fiscalizado". Esse "Orçamento-andarilho", inaugurado no ano passado, apresenta resultados evidentes em transparência no exame e nas modificações na proposta do Executivo feitas pelo Congresso, acrescentou.

Na primeira reunião regio-

nal de discussão da proposta orçamentária do Executivo para 1998, relativa ao Nordeste, a comissão foi recebida por Mário Silveira, secretário de Planejamento do governo da Paraíba. Em nome do governo paraibano, ele manifestou sua estranheza diante da "ausência de princípio de equidade na proposta do Executivo". A seu ver, há estados que tiveram suas dotações quintuplicadas, enquanto a Paraíba

Uma das ideias é que os prefeitos das capitais possam apresentar pelo menos uma emenda ao Orçamento, como forma de participação

mal as teve dobradas. Ele apelou ao presidente da comissão e ao relator-geral do Orçamento pelas necessárias correções dessas disparidades no âmbito do Legislativo.

Estiveram presentes nos debates os prefeitos de João Pessoa e Maceió, respectivamente, Cícero Lucena e Kátia Born, os secretários de Planejamento dos estados da Paraíba (Marcos Melo), Ceará

(Mônica Clark), Pernambuco (Eduardo Paiva) e o secretário de Finanças de Natal (Paulo César Medeiros). Além desses, também participaram das discussões os presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, prefeitos e vereadores.

Cícero Lucena e Marcos Melo salientaram que a proposta orçamentária para 1998 não garante a transposição das águas do rio São Francisco. Em resposta a eles, Ney Suassuna concordou que a dotação para o projeto é bastante reduzida e destinada apenas ao planejamento de uma obra que, "não resta dúvida, todos os paraibanos necessitam com urgência".

Kátia Born solicitou a Suassuna e Aracely de Paula que os prefeitos das capitais possam apresentar pelo menos uma emenda ao Orçamento. Como prefeita eleita pelo PSB, "não tenho banca da federal nem senador para encaminhar projetos de interesse da administração municipal", argumentou.

Hollanda defende continuidade do Finor

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu o fortalecimento da política de incentivos fiscais de apoio aos investimentos na região Nordeste, em razão dos resultados positivos que a medida tem proporcionado, principalmente na modernização e diversificação da base industrial.

Joel de Hollanda fez um balanço do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), garantindo que o sistema cumpriu seu objetivo de modernizar o setor industrial nordestino. A seu ver, "não há por que pensar em extinguir um instrumento de política econômica que vem dando sua contribuição nas conquistas e transformações mais importantes da economia nordestina nos últimos decênios".

O senador lembrou que, em 1991, foi criada a Comissão Mista do Congresso Nacional para reavaliação dos incentivos fiscais regionais. Conforme disse, a comissão concluiu que os incentivos regionais constituem um recurso de construção de uma economia nacional típica de mercado, além de representarem um mecanismo efetivo de desestatização. Dessa forma, acrescentou, a comissão emitiu parecer pela continuidade do Finor.



Hollanda: defesa do Finor



Ronaldo: suspensão do efeito

Ronaldo quer limitar recursos a tribunais superiores

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou projeto de lei que altera o Código de Processo Civil, com o objetivo de limitar os recursos extraordinário e especial para o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, permitindo suspensão do efeito de sentença.

O projeto prevê que os recursos extraordinário e especial serão recebidos também no efeito suspensivo, quando a decisão recorrida for manifestamente contrária a decisão reiterada e tomada por dois terços dos membros do STF ou de órgão do STJ. A proposição determina ainda que, com esse mesmo quorum, os recursos dependerão do depósito correspondente ao valor da causa.

- Essas alterações prestigiam as decisões tomadas tanto pelo STF como pelo STJ quando estes prestam jurisdição no âmbito de sua competência. Este obstáculo inibirá a fixação de valores simbólicos para causas determinadas, o que é comum ocorrer como desvio à incidência de tributos aplicáveis à espécie - justificou.

NÃO À VIOLÊNCIA

Jefferson vê PMs em estado de falência



Lobão: "efeito do tempo"

Lobão nega crítica a governo

O senador Edison Lobão (PFL-MA) garantiu que não fez crítica ao seu antecessor no governo do Maranhão, Epitácio Cafeteira, quando, durante o debate sobre a violência, criticou a PM que encontrou ao assumir a administração estadual. A PM do estado, "que tinha graves deformações, não foi fundada pelo senador Epitácio Cafeteira, e teve suas qualidades e defeitos construídos ao longo dos anos".



Cafeteira: "rebelião"

Cafeteira não nomeou coronel

Em resposta às declarações, Cafeteira afirmou que o problema não era com o governo de Lobão, e sim com a polícia maranhense, "porque houve uma rebelião à sua posse e ele reagiu".

Cafeteira afirmou não ter nomeado nenhum coronel ou tenente-coronel, o que teria sido feito por um correligionário de Lobão, o vice-governador João Alberto, no período em que este assumiu o governo.

ACM cobra penas severas para crimes hediondos

Ao final do discurso em que o senador Jefferson Péres manifestou satisfação com o resgate, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que as Casas do Legislativo têm de se posicionar contra a violência.

A Mesa se associa às manifestações de regozijo pela libertação da filha do deputado Luiz Estêvão, mas ao mesmo tempo entende que o Congresso tem de dar um não à violência. É isso que passa também pela necessidade de que não se transija com esses autores de crimes torpes - acrescentou.

Referindo-se ao projeto em tramitação que permite a progressividade da pena para regime semi-aberto dos sentenciados por crimes hediondos, Antonio Carlos Magalhães disse que o Senado não pode "votar essa proposição contra os direitos humanos". E sustentou: "Temos a obrigação de estar em consonância com a sociedade, que não admite medidas como essa do Le-

gislativo".

A esse propósito, o senador Jefferson Péres admitiu que houve um retrocesso da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na aprovação de um projeto "que vai na contramão da história".

Ele explicou que o Legislativo devia atenuar as penas para os crimes mais leves, as quais poderiam ser convertidas em serviços sociais. Mas sustentou que não existe crime pior que seqüestro seguido de morte, daí por que entende que "um crime desses não tem perdão, devendo o criminoso receber uma pena severíssima".



Antonio Carlos: não à violência

Arruda elogia atuação das polícias de Brasília

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) cumprimentou a segurança pública do Distrito Federal, "particularmente as polícias Civil e Militar", pelo trabalho desenvolvido para libertar a filha de Luiz Estêvão.

"O seqüestro mexeu com a família brasiliense", disse o senador. Ele manifestou o desejo de que a família do empresário possa retornar à tranquilidade, após tantos dias "terríveis", e sugeriu que a

área de segurança do Distrito Federal reflita para evitar que fatos como o seqüestro de Cleucy se repitam.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a polícia e o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, "que, embora muitas vezes tenha sido objeto de crítica por parte do deputado Luiz Estêvão, cumpriu seu dever de estar muito atento e de manifestar solidariedade à família".

Ao registrar o desfecho do seqüestro da filha do deputado distrital Luiz Estêvão, Cleucy Meirelles, resgatada na madrugada de sexta-feira, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que o episódio remete a uma grave reflexão sobre os policiais militares envolvidos na ação criminosa.

- As PMs se encontram em processo de falência, infestadas de bandidos, que se transformaram de defensores da lei em criminosos - frisou ele.

Jefferson Péres reconheceu que há um amplo debate no país a respeito das PMs, menos em razão dos seqüestros por policiais militares do que em razão das greves por salários.

- O que existe mesmo é que os policiais militares são pesadamente pagos. O recrutamento é feito sem nenhuma seleção e não há salários atraentes. Em virtude disso, temos policiais extremamente despreparados e facilmente envolvidos por bandos criminosos, com o avassalador crescimen-



Jefferson: PMs mal pagos

to do narcotráfico, que já chegou ao Brasil, com um alarmante volume de dinheiro envolvido - assinalou.

Na opinião de Jefferson Péres, policiais mal pagos, despreparados e armados, com o monopólio legal do uso da arma e da força se transformam facilmente em quadrilhas organizadas. Ele disse que foi um acaso o seqüestro da filha de Luiz Estêvão ter um desfecho feliz. "Oxalá esse não seja o primeiro de outros seqüestros, a ponto de Brasília transformar-se num Rio de Janeiro sem morro, mas com favelas, porque elas já existem", salientou.

Senadores expressam alívio com o final de seqüestro

O discurso de Jefferson Péres foi marcado por apertes de parlamentares aliviados com o resgate da filha do deputado distrital de Brasília. Romero Jucá (PFL-RR) anunciou que apresentará recurso para que o projeto sobre o arbrandamento das penas de sentenciados por crimes hediondos volte ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Edison Lobão (PFL-MA) visitou os pais da menina e testemunhou a dor e o sofrimen-

to da família.

- É entristecedor ver a polícia participando de seqüestros, mas com todas as imperfeições ainda acho que a Polícia Militar é uma necessidade - frisou.

Valmir Campelo (PTB-DF) registrou que "Brasília amaneceu mais alegre com o resgate da menina, depois de oito dias de sofrimento". Epitácio Cafeteira exaltou o trabalho da Polícia Civil no resgate de Cleucy.

Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que imaginava o desespero vivido pela família e deu "graças a Deus pelo desfecho de tanto sofrimento". Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o momento era de celebrar o desfecho, como a atuação eficiente do governador Cristovam Buarque no caso.



Jucá: final feliz para Cleucyzinha

Projeto da Câmara dos Deputados relatado por José Fogaça torna obrigatória a inserção de mensagem sobre educação para o trânsito nas propagandas de estabelecimentos ligados ao setor automotivo

CAS promove educação para o trânsito

A Comissão de Educação (CE), em reunião presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou projeto oriundo da Câmara que torna obrigatória a inserção de mensagem sobre educação para o trânsito nas propagandas de estabelecimentos que fabriquem, comercializem ou prestem serviços ligados a veículos automotores. O projeto teve como relator José Fogaça (PMDB-RS) e será apreciado ainda pela Comissão de Assuntos Sociais da Casa.

Também foi aprovado pela comissão projeto de lei que



Marina: diploma Chico Mendes obriga as escolas particulares beneficiárias de isenção de impostos a terem em seus conselhos fiscais representantes dos alunos. A matéria, que vai ao exame do plenário, foi relatada favoravelmente pelo se-



Rocha relatou projeto de Marina relator José Fogaça e estabeleceu que os membros do corpo discente das escolas enquadradas nesse sistema serão indicados pelos pais ou entidades comunitárias.

A comissão aprovou ainda

projeto que institui o diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania. A proposição, da senadora Marina Silva (PT-AC), teve como relator o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e será submetida à deliberação do plenário.

CONCESSÕES

Foram aprovados pela comissão 15 projetos de decretos legislativos que renovam concessão às seguintes emissoras: Rádio Londrina (PR); Sistema Clube de Comunicação de Ribeirão Preto (SP); TV Chapecó (SC); Rede Gaúcha Zero Hora de Comunicações, para explorar serviço

de rádio e televisão em Florianópolis (SC); Fundação Contrisel, de São Sepé (RS); Rádio Cultura de Ribeirão Preto (SP); FM da Cidade de Ribeirão Preto (SP); Rádio Difusora Taubaté (SP); Rádio São Carlos, cidade de São Carlos (SC); Difusora de Mirassol d'Oeste (MT); TV Eldorado Catarinense (SC); Rádio Liberdade de Caruaru (PE); Rádio e Jornais do Ceará S.A. (CE); Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu (PR); e Rádio Azul Celeste, na cidade de Americana (SP). Esses projetos também serão submetidos ao plenário.

Ademir Andrade não aceita falência da construtora Encol

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou-se sexta-feira contrário à posição do governo de recomendar a decretação da falência da Encol, conforme declarações feitas pelo diretor de Recuperação de Créditos do Banco do Brasil, Edson Soares Ferreira. O senador, que é presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), disse que essa medida, além de manter impunes os responsáveis, trará enormes prejuízos aos mais de 12 mil empregados e 42 mil mutuários da empresa.

No entender do senador, o governo não tem dado a devida atenção a uma das soluções viáveis, que seria a com-



Ademir condena ação do governo pra do patrimônio da Encol por duas multinacionais americanas, a World Mae e CB Commercial Real State. Essas empresas já teriam, segundo informações do senador, sondado as dívidas da Encol e feito levantamentos para viabilizar a sua compra, sem que, no entanto, "o governo brasileiro

tenha sequer comentado a respeito com os credores da Encol".

- O governo só quer a falência e não informa o valor da dívida atual da empresa - afirmou Ademir Andrade, lembrando que mutuários e credores já se reuniram na CAS para discutir uma solução que não cause prejuízos aos empregados, mutuários e credores da Encol, passando a incorporação do patrimônio da empresa aos investidores.

Ele condenou também solução aventada pelo BB de que o arresto de bens da empresa feito em leilão pós decretação de falência seja repartido proporcionalmente entre mutuários.

Campos tem proposta para garantia de quem faz opção por consórcio

Projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) cria um Fundo Garantidor de Créditos Consorciados (FGCon), destinado a prestar garantia de créditos de consorciados contra administradoras de consórcio que tiverem decretada intervenção, liquidação extrajudicial ou falência. O fundo, a ser regulamentado pelo Banco Central, também será acionado quando essa instituição reconhecer o estado de insolvência de uma administradora.

Conforme o projeto, o FGCon sucederá os consorciados em seus direitos, no montante equivalente aos valores que lhes foram ressarcidos. Constituiriam receitas do fundo a contribuição mensal e compulsória das administradoras de consórcio, o resultado da recuperação de direitos creditórios e o resultado líquido dos serviços prestados pela entidade, além dos rendimentos da aplicação de seus recursos.

- O consórcio represen-



Campos: fundo dará garantia

ta, para muitos, a única possibilidade de aquisição de bens ou serviços, tendo em vista o prazo dilatado de financiamento, que propicia uma prestação mensal, se não baixa, pelo menos acessível. Não é razoável, depois de todo o esforço de poupança do consorciado, deixar que ele perca toda a economia que investiu na aquisição do bem ou serviço objeto do consórcio. É preciso buscar um mecanismo legal de proteção da poupança - argumenta o senador.

Alcântara critica administradoras de cartões

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apelou sexta-feira ao ministro da Justiça e ao secretário de Direito Econômico para que empreendam ações rápidas que solucionem o conflito entre os lojistas e as administradoras de cartões de crédito, criado a partir de "práticas extorsivas" dessas administradoras. Segundo o senador, as empresas de cartões de crédito

estão inflexíveis e só admitem negociar caso a caso, o que enfraqueceria os pequenos comerciantes.

Alcântara registrou que, na última quarta-feira, delegações de lojistas de todo o país reuniram-se na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para levar seu inconformismo com o tratamento que estão recebendo das empresas de cartões de crédito.

- Essas empresas estariam trabalhando em cartel, impondo condições leoninas nos contratos com os lojistas e chegando a cobrar dos comerciantes taxas de 7% - assinalou.

Para Lúcio Alcântara, essas taxas são extorsivas, já que o país vive um período de deflação, e extremamente elevadas, se comparadas às cobradas nos Estados Unidos.

Parceria entre o Incra e órgãos municipais e estaduais gera benefícios a parceiros no interior do Acre, destaca senador

Êxito de assentamento entusiasma Flaviano

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) destacou sexta-feira os benefícios proporcionados aos parceiros assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no interior do Acre, com o trabalho de parceria desenvolvido entre o órgão e diversas prefeituras e o governo do estado, além do apoio do governo federal por meio de cartas de crédito. Ele participou de solenidades de entrega dessas cartas em quatro municípios acreanos, que beneficiaram 490 parceiros com a distribuição de 811 mil reais.

A carta de crédito, explicou Flaviano, é um apoio fundamental para a fixação do homem em sua terra. No primei-



Flaviano: sucesso vem de parceria no e segundo anos, o parceiro recebe recursos para sobreviver, preparar sua terra e sua habitação. A partir do terceiro ano, esse apoio se transforma em crédito rural para o desenvolvimento de sua atividade econômica.

O senador destacou ainda o

"sucesso" de parcerias entre o Incra, as prefeituras e o governo estadual, com o objetivo de montar patrulhas mecanizadas que facilitam o acesso às propriedades e o escoamento da produção.

Flaviano Melo teve a oportunidade de se reunir, ainda, com um grupo indígena que pediu seu apoio para desenvolver uma atividade econômica que ofereça real condição de sobrevivência e desenvolvimento para a comunidade.

Impressionado com a organização comunitária e a evolução do grupo, que ocupa uma reserva demarcada em 1992, o senador comprometeu-se a apoiar a atividade econômica dos índios.

Patrocínio destaca combate à febre aftosa no Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou o trabalho desenvolvido pelo governo do Tocantins no combate às doenças no rebanho bovino, salientando que o maior exemplo desse fato é o declínio no número de focos de febre aftosa, que em 1997 foi de apenas três, contra 104 em 1994.

A Secretaria de Agricultura, de acordo com o senador, já aplicou mais de R\$ 700 mil no projeto Controle das Doenças dos Animais. Patrocínio informou que os índices de vacinação no Tocantins con-

tinuam crescendo, e, nos municípios onde o nível de conscientização dos produtores é maior, são superiores a 90%, sendo que em municípios como Araguaína e Gurupi não são notificados focos da febre há mais de 25 anos.

Mesmo sem ter recebido os recursos necessários por parte do Ministério da Agricultura, do estado, conforme o senador, vem fazendo o máximo para erradicar a febre aftosa dentro dos prazos estabelecidos pelo "Circuito Pecuário Centro-Oeste".

Dessa forma, acentuou Car-



Patrocínio: estado-modelo

los Patrocínio, o Tocantins vem se firmando no cenário nacional como estado-piloto no combate à essa enfermidade na região Norte.

Projeto de Hollanda inclui hérnia de disco entre casos de invalidez

Já se encontra na Câmara projeto de lei de Joel de Hollanda (PFL-PE) que inclui transtornos de discos intervertebrais, como a hérnia de disco, entre as doenças que dão direito à aposentadoria por invalidez no regime de previdência do servidor público civil da União e no regime geral

de previdência. O projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Conforme Hollanda, mesmo com os tratamentos exigentes para coluna, alguns doentes não se livram dos transtornos causados pelo problema de saúde, que, em muitos casos, acaba

tornando o trabalho impossível. O senador lembra que, segundo o Regime Geral da Previdência Social de 1991, as doenças que justificam aposentadoria por invalidez deveriam ser especificadas em listas elaboradas pelo Executivo, o que até agora "infelizmente não ocorreu".

Odacir Soares prega fortalecimento de órgãos de agricultura

A necessidade de fortalecimento das instituições de pesquisa e experimentação agrícola, de extensão rural e assistência técnica foi defendida pelo senador Odacir Soares (PTB-RO). A seu ver, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia deveriam incentivar órgãos como a Embrapa-RO, a Ceplac e a Emater, no sentido de apoiar programas voltados para o pequeno produtor e para a agricultura familiar.

Existe um dualismo da chamada agricultura empresarial ou "agricultura de ponta" e da agricultura familiar. Para os pequenos agricultores, o custo de oportunidade da mão-de-obra é baixo, porque se combina a força do trabalho da família com preços elevados da terra e do capital, enquanto os agricultores grandes enfrentam o problema de um maior preço da mão-de-obra contratada, somado a preços relativamente baixos da terra e do capital - disse o senador.



Odacir: produção familiar compensa

Odacir Soares sustenta que uma estratégia de desenvolvimento agrário centrada na agricultura familiar, e não nos latifúndios, aumenta tanto a eficiência social do uso dos recursos na agricultura como melhora a equidade social por meio da criação de empregos e da distribuição mais igualitária da renda gerada pelos pequenos produtores.

Para o senador, os países que conseguiram uma modernização baseada em unidades de promoção tocadas por famílias, com pesados investimentos em tecnologia para produtores de pequeno porte e uma leve ou inexistente carga fiscal para agricultura, tiveram os melhores resultados.

TV SENADO HOJE

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
 7h40 - Música e informação
 10h - Comissão do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, ao vivo
 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
 13h45 - Música e informação
 14h15 - Informativo "Plenário em Revista"
 14h30 - Sessão plenária, ao vivo
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 20h - Música e informação
 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 22h45 - Música e informação
 00h - Sessão plenária (retransmissão)
 Em seguida - Música e informação

RÁDIO SENADO HOJE

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
 7h45 - Música e informação
 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
 13h45 - Música e informação
 14h15 - "Plenário em Revista"
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 20h - Música e informação
 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 22h45 - Música e informação
 0h - Sessão plenária (retransmissão)
 3h - Música e informação até as 7h30

Para o senador, o ex-presidente "levantou o astral do Brasil" e fez com que o povo brasileiro acreditasse nas suas possibilidades e tivesse orgulho do país

Arruda lembra aniversário de JK

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) homenageou sexta-feira a memória de Juscelino Kubitschek, que nesta data completaria 95 anos de idade. Ele disse que o ex-presidente deu ao país um dos momentos mais importantes de vida democrática, entendimento político, progresso e interiorização do desenvolvimento.

Arruda afirmou que Jus-

celino mudou o perfil do Brasil, ajudando a transformar um país agrícola em industrial, "um país que se urbanizou, que passou a ser respeitado no exterior". Para o senador, o governo JK "levantou o astral" do Brasil, o que acabou dando espaço para movimentos artísticos e desportivos, como a bossa-nova e a conquista da Copa do Mundo, "resultantes do clima de oti-

mismo que emanava da liderança política" do ex-presidente.

Para o senador, JK fez com que o povo brasileiro acreditasse nas suas possibilidades e tivesse orgulho do país. Em nome da população de Brasília, Arruda prestou a homenagem ao ex-presidente, afirmando que um país que conhece sua história pode projetar melhor o seu futuro.



Arruda: clima de otimismo

Boaventura quer mais atenção aos transportes

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) disse que a má conservação e as deficiências do sistema nacional de transportes geram altos custos ao Brasil, comprometendo "a vitalidade econômica e social e a capacidade do país de competir nos mercados interno e externo".

Por essa razão, pediu mais investimentos para a conservação e expansão das vias brasileiras, assinando a necessidade de o governo valorizar a combinação de hidrovia, rodovia e ferrovia no mesmo eixo de transporte. De acordo com o senador, as experiências em andamento nesse sentido, como as nos rios Araguaia e Madeira, têm dado certo e devem ser estimuladas.

Albino Boaventura, embora reconheça que o governo tenha feito alguns investimentos no setor e admita a importância do programa de recuperação das rodovias, entende serem insuficientes essas medidas para a normalização dos projetos de expansão, melhoria e conservação de estradas.

- Dos cerca de 52 mil quilômetros de estradas federais, menos de um terço se



Boaventura: mais competição

encontra em boas condições. O resto se distribui entre regular, mau e péssimo. O usuário de nossas estradas de rodagem gasta muito mais do que deveria: em desgaste dos veículos, em perda de tempo, em acidentes, em combustível - afirmou.

Na opinião do senador, além da falta de investimento federal na conservação das estradas, outro problema no sistema de transportes se refere aos portos, a seu ver "verdadeiros gargalos econômicos a estrangular a economia". Ele disse que os índices de desempenho dos principais portos brasileiros é muito inferior aos padrões aceitáveis, além de os custos com infra-estrutura e serviços serem "injustificadamente altos".



Emília: mulheres na China têm novo status

Mulheres chinesas conquistam direitos, constata Emília

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) registrou sexta-feira a visita oficial que ela e a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), participando de uma delegação de mulheres parlamentares e autoridades brasileiras, fizeram à Ásia, com o objetivo de conhecer a situação das mulheres nos setores político, econômico, cultural, educacional e na questão do atendimento à saúde, destacadamente no ambiente familiar, e especialmente na República Popular da China e em Taiwan.

A principal observação feita pelas senadoras, segundo Emília Fernandes, foi a de que uma pesquisa realizada em Beijing (Pequim) revelou que os direitos das mulheres chinesas estão sendo cumpridos, suas participações no governo e na política foram reforçadas e seus níveis de educação, saú-

de, higiene e empregos aumentaram consideravelmente de 1991 a 1995.

- Houve um aumento de status político das mulheres nos últimos anos - disse a senadora, revelando que isso se deu em consequência de acordos e programas políticos firmados entre os últimos governos locais, visando principalmente apoio à educação, à produção científica, bem como um maior comprometimento com as questões sociais, destacando-se a promoção da mulher, o apoio aos jovens, aos idosos e às crianças.

Emília disse que, em Xangai, a delegação participou das comemorações de reintegração de Hong Kong, "observando-se na ocasião a grande alegria com que a população geral festejou a iniciativa".

Amazônia no Senado vai ao ar

O noticiário *Amazônia no Senado*, produzido pela TV Senado, leva à população de cinco estados (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima) a atuação dos senadores da região. O telejornal, com duração de 10 minutos, é transmitido pela Rede Amazônica, afiliada à Rede Globo, de segunda-feira a sexta-feira.

Pelo *Amazônia no Senado*, os telespectadores daqueles estados são informados das atividades dos senadores da região, por meio de matérias jornalísticas, *flashes*, perfil dos senadores e discursos em plenário.

O programa vai ao ar nos seguintes noticiários da rede: *Bom Dia Amazônia*, às 6h30, *Amazônia em Revista*, às 12h, e no jornal local de cada estado, às 18h50. Nesse, é veiculada apenas a reportagem mais importante do dia.

Agência noticia em tempo real

O cidadão pode acompanhar o andamento das atividades do Senado, por meio de noticiário em tempo real da Agência Senado, transmitido via Internet. Os usuários que conectam o endereço do Senado (<http://www.senado.gov.br>) na rede têm acesso ao serviço *Senado em tempo real*, contendo informações sobre as atividades do plenário e das comissões da Casa.

Trata-se de notas resumidas, de modo a fazer chegar a notícia o mais rápido possível ao usuário. O noticiário é transmitido com pequena diferença de tempo sobre, por exemplo, uma decisão que acaba de ser adotada pelo plenário e pelas comissões. Também estão disponíveis informações completas - matérias consolidadas.